

## Contribuições Cojira-Rio e FENAJ para o Ministério Público do Trabalho

A Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, vinculada ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, conhecida como Cojira-Rio, e a Federação Nacional de Jornalistas saúdam o Ministério Público do Trabalho e apóiam plenamente a notificação recomendatória deste órgão às empresas de televisão para garantir a igualdade de acesso a oportunidades no mercado de trabalho para jornalistas e outros profissionais negros e negras.

Nós, das Cojiras e Núcleo de Jornalistas Afro-Brasileiros do Rio Grande do Sul, fazemos parte de um movimento que se iniciou no processo de construção da Conferência Mundial contra o Racismo em Durban, África do Sul, em 2001. Hoje estamos organizados em nove coletivos reunidos nos sindicatos de jornalistas atuantes no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Paraíba, Mato Grosso e mais o Distrito Federal.

A Federação Nacional de Jornalistas, motivada pela atuação das Cojiras e Núcleo, tem igualmente exercido um papel fundamental ao longo destes anos sendo um espaço aglutinador de ideias, proposições e ações coletivas em prol de uma mídia mais plural e representativa da diversidade racial brasileira.

A ausência de profissionais negros e negras nas emissoras de televisão – com destaque para os jornalistas nas funções de repórter, comentarista e âncora de telejornal – denuncia aquilo que o cineasta e pesquisador Joel Zito classificou como um mal estar civilizatório particular que tem delimitado a cultura brasileira desde os seus primórdios.

Este racismo estrutural persiste na sociedade brasileira junto com a idéia de raça que perdeu a fundamentação da biologia, mas se mantém como um conceito construído socialmente. Como nos diz o antropólogo Kabengele Munanga, a raça permanece impregnada de ideologias e, portanto, insere-se no contexto de poder e dominação. A mídia tem participado ativamente na produção e reprodução deste racismo estrutural que tem ocupado todos os níveis das relações sociais no Brasil.

Este racismo também tem sido sistematicamente reproduzido nas novelas brasileiras, outro espaço freqüente da invisibilidade da população negra e da naturalização das hierarquias sociais. A ativista e filósofa Sueli Carneiro diz que o fenômeno tem sido recorrente entre os profissionais da televisão brasileira que assimilam a branquitude como “(...) prenhe de possibilidades de representação do humano enquanto negritude apresenta limitações e/ou possibilidades intransponíveis para a descrição da universalidade humana (...) as imagens fixadas no imaginário social, pelo racismo, expressam o destino social (...) sinalizando que para negros seria crível apenas a representação de domésticos”.

Um exemplo recente envolve uma trama exibida atualmente pela TV Globo. Um debate acalorado aconteceu nas redes sociais sobre a ausência de atores negros na novela “Segundo Sol”, ambientada em Salvador. Após as denúncias e ameaças de protestos, a emissora permitiu a presença negra de forma sutil, com a participação de figurantes negros em algumas cenas a cada capítulo da novela. O núcleo central da trama, contudo, manteve uma mulher negra no papel de empregada doméstica que gerou dois filhos do patrão branco: um filho branco e outro negro. Tal concepção dialoga com o que Liv Sovik, na obra “Aqui ninguém é branco”, classifica como novas formas de analisar as hierarquias raciais, cujas práticas permanecem sem a suposta justificação da origem biológica.

É inegável, portanto, o papel central que os meios de comunicação de massa desempenham na disseminação da representação do lugar do negro no imaginário social. Muniz Sodré chama a atenção para o imaginário racista como uma categoria analítica fundamental na leitura das representações preconceituosas sobre o negro. Como já afirmou este autor, “vivemos numa sociedade esteticamente regida por um paradigma branco (...), a clareza e a brancura da pele (...) persistem como marcas simbólicas de uma superioridade imaginária atuante em estratégias de distinção social”.

Como parte do sistema midiático, Sodré nos diz que há uma pequena elite intelectual, da qual fazem parte editorialistas, editores, colunistas e âncoras de televisão – que funciona como “um grupo técnico imaginário,

responsável pela absorção, reelaboração e retransmissão do imaginário coletivo atuante nas representações sociais”. O resultado do trabalho executado por esta elite intelectual no jornalismo nos ajuda a compreender como opera os mecanismos de exclusão do racismo que resultam numa presença reduzida de profissionais negros e negras na mídia brasileira. E mesmo quando ocupam tarefas importantes, como afirma Sodré, estes profissionais negros e negras “são designados há tarefas de cozinha”, ou seja, aquelas que se desempenham nos bastidores e longe da visibilidade pública.

Foi exatamente esta situação retratada em um dos relatos dado à Cojira-Rio em 2015 quando um jornalista negro que desejava migrar para a função de repórter de uma emissora de televisão recebeu o “prêmio” de ser promovido a editor. O então jornalista assegurava no seu currículo ter todas as competências para exercer a função de repórter de rua. O cargo que lhe fora oferecido, apesar de representar um ganho salarial significativo, simbolizava a negação do acesso à função de repórter de rua. O caso foi averiguado internamente pela emissora, mas o pedido do jornalista não foi acatado.

Outro momento mais recente e igualmente revelador foi o fato de termos tido, pela primeira vez em mais de 50 anos de história da televisão brasileira, dois apresentadores negros, como âncoras de um telejornal. Segundo os próprios jornalistas afirmaram, a junção foi aleatória, resultante da escala de trabalho. O fato, histórico na televisão, é revelador da ausência de âncoras negros no comando de telejornais brasileiros. Majoritariamente assistimos duplas brancas e, raramente, um/a âncora negro/a fazendo dupla com um/a âncora branco/a.

Ao longo de quase vinte anos de atuação, as Cojiras e o Núcleo têm atuado junto à categoria para corrigir distorções e exclusões geradas pelo racismo estrutural presente no jornalismo. Realizamos ações, seminários, palestras, projetos – entre eles o Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento – elaborado publicações e aprovado teses nos Congressos Nacionais de Jornalistas organizados pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ). Nosso movimento tem exigido sistematicamente mudanças na prática jornalística para uma produção livre de estereótipos ou de representações

negativas da pessoa negra. Lutamos por uma produção jornalística capaz de dar visibilidade aos problemas que afetam a população negra neste país. Também atuamos pela inclusão de cláusulas de promoção da igualdade étnicorraciais nos acordos coletivos e pressionamos pela realização de pesquisas sobre o perfil da categoria.

Aprovamos várias teses com recomendações importantes para avançarmos em prol de uma mídia antirracista. Em 2004, clamávamos para a construção de outro modo de se fazer jornalismo e que levasse “em conta a pluralidade e igualdade raciais”, exigíamos a promoção da igualdade entre os trabalhadores dos meios de comunicação e solicitávamos a realização de um censo do jornalismo brasileiro. Também em 2004 já exigíamos a inclusão da autodeclaração étnicorracial em todas as fichas sindicais e também o apoio da FENAJ para a execução de políticas de ações afirmativas nas empresas jornalísticas.

Nos Congressos seguintes (2006, 2008, 2010 e 2014) as Cojiras e Núcleo mantiveram o foco na pressão por ações coletivas junto à FENAJ e na sociedade para a promoção da igualdade racial e o fortalecimento da mídia antirracista.

Atendendo as demandas das Cojiras e Núcleo, a FENAJ realizou em parceria com a ONU Mulheres, o Curso para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia, realizado em 2011, e que resultou no Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia, disponível para download na Internet e que ofereço um exemplar para ser anexado ao processo.

A metodologia deste curso e o guia elaborado na ocasião podem ser fontes privilegiadas de conteúdos para orientar as empresas aqui notificadas sobre como desempenhar a nobre tarefa “promover ações internas de conscientização sobre o racismo na sociedade e, externamente, em mensagens publicitárias, programas jornalísticos, e programação em geral”, entre outras ações.

A FENAJ concretizaria o primeiro grande levantamento sobre o perfil do jornalista brasileiro em 2012 com um estudo realizado em parceria com a

Universidade Federal de Santa Catarina A pesquisa abrangeu a participação de 2.731 jornalistas e revelou que é hoje uma categoria predominantemente jovem, branca e feminina. As mulheres são maioria: 64% contra 36% do sexo masculino. E apenas 5% informaram ser de cor preta, enquanto 18% se autodeclararam pardos e uma maioria absoluta de 72% se consideram brancos. A pesquisa chamou a atenção para a soma de pardos e pretos (23%) ser inferior à metade da presença de pretos e pardos no último Censo (50,7%).

A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), por meio da Ouvidoria, também analisou 26 edições do Jornal Repórter Brasil que foram ao ar em março em 2017. O resultado mostrou que até mesmo entre os profissionais da EBC os que mais aparecem no vídeo são as pessoas brancas. Os dados relacionados a repórteres e comentaristas revelam que 69% são majoritariamente brancos, contra 29% de negros (soma dos 7% de pretos e 22% de pardos). Outra pesquisa com foco na TV pública, feita em 2007 e divulgada em 2010 foi liderada por Joel Zito, sobre a presença negra nestas emissoras. O estudo já denunciava a presença reduzida de pessoas negras no quadro de apresentadores e jornalistas a partir dos dados observados na TV Cultura de São Paulo, TVE do Rio de Janeiro e TV Nacional, de Brasília.

É preciso destacar a atuação estratégica do Coletivo de Mulheres da EBC em pressionar por maior representatividade negra na TV Brasil e denunciar as condições de trabalho a que os profissionais negros e negras são submetidos na emissora pública. Afirmam: “são exceções e submetidas a trabalho extenuante ou dobrado as funcionárias e funcionários negros que lideram equipes, têm funções de confiança ou estão em posição de destaque, como a reportagem em vídeo e a apresentação de programas. Em uma empresa onde a diversidade de gênero, raça e orientação sexual deveriam ser prioridade, repete-se o triste estigma social e estético, que coloca as mulheres negras, principalmente, em posições desfavoráveis ao seu protagonismo, prejudicando a imagem de representatividade que deveria chegar a cada cidadão e cidadã”.

Os dados sistematizados pela pesquisa encomendada pela FENAJ e pela pesquisa interna da EBC – e também as denúncias dos funcionários que

lá atuam – sinalizam a ausência de visibilidade dos jornalistas negros e negras e a necessidade de se fazer uma incidência urgente nas empresas jornalísticas em prol da equidade racial.

Nos Estados Unidos, que tem mais de 40 anos de experiências em ações afirmativas, há programas de ações afirmativas voluntários adotados por empresas de comunicação. Pesquisas já registraram que a Associação de Diretores de Notícias de Rádio e Televisão e outros grupos profissionais de comunicação de massa têm atuado na promoção de ações afirmativas entre seus membros. No entanto, há evidências de que a discriminação continua a influenciar no acesso ao emprego norte-americano, embora também haja evidências sobre a eficácia dos procedimentos de ação afirmativa adotados naquele país. Pesquisas também já identificaram que os programas de ação afirmativa exigidos pelas ordens executivas presidenciais ou ordenadas pelo tribunal ou executados por planos de ação afirmativa voluntários reduziram a discriminação contra as minorias e as mulheres trabalhadoras.

Nós, das Cojiras e Núcleo, defendemos que as empresas jornalísticas e, com destaque, as emissoras de televisão no Brasil, adotem programas de ação afirmativa voluntários a fim de se alinhar a uma mídia mais plural e representativa da sociedade brasileira. E, além das recomendações deste Ministério Público, sobretudo as que orientam a realização de ações internas de sensibilização e conscientização de jornalistas nas empresas, destacamos algumas das propostas prioritárias aprovadas no 1º Encontro Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial, em Alagoas, que foram apresentadas à FENAJ, em 2014 e aqui adaptadas como sugestões para que possam ser empregadas nos programas de ação afirmativa voluntários.

1. Que seja garantida a cota de 20% de negros e negras nas contratações das empresas de comunicação;
2. Que seja realizada ampla pesquisa nacional etnicorracial para identificar os(as) jornalistas negros(as) na empresa jornalística, a exemplo da EBC;
3. Que seja garantido o cumprimento da convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da discriminação nos locais de trabalho;

4. Que as empresas de comunicação adotem os Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público do Trabalho, com objetivo de firmar o compromisso real destas empresas em adotar medidas de combate à discriminação etnicorracial em sua cobertura editorial.

Por fim, gostaria de registrar que este posicionamento foi construído com a contribuição dos membros da Cojira-Rio que além de mim, Angélica Basthi, é formada pelas/pelos jornalistas Sandra Martins, Isabela Vieira, Miro Nunes, Andreia Coutinho e Marcos Gomes.

Muito obrigada!

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2018

Angélica Basthi (pseudônimo de Ana Angélica Sebastião)

Representante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Rio de Janeiro do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro (Cojira-Rio/SJPMRJ) e da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ)